



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**Concurso Público para provimento de vagas de cargos Técnico-Administrativos – Edital nº 455/2017**  
**Resultado do julgamento dos recursos interpostos contra as questões da Prova Objetiva**

**Opção de Vaga:**  
**B-219**

**Disciplina: Língua Portuguesa**

**Questão: 11**

- Inscrições dos candidatos que interpuseram recurso:

1848737

- Parecer da Banca Examinadora:

Por equívoco desta banca, a anotação das alternativas informadas à coordenação do certame foi incorreta.

- Situação da questão: **anulada.**

**Disciplina: Específica**

**Questão: 44**

- Inscrições dos candidatos que interpuseram recurso:

1848737

- Parecer da Banca Examinadora:

A banca mantém a questão 44 sem alteração de gabarito por entender que o assunto tratado na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos do Cargo B-219 ser ponto explorado pelo conteúdo programático Estatística. O conhecimento acerca do percentual da população brasileira que declara possuir ao menos uma das deficiências investigadas no Censo Demográfico de 2010, segundo os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE tornou-se cogente a todos que trabalham com a temática da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência nos cursos de nível superior das instituições federais de ensino, que pretendam discutir e propor ações que orientem a consolidação de políticas institucionais, em acessibilidade, na perspectiva de tornar tais espaços acessíveis, posto que a partir da Lei de Reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (Lei 13.409 sancionada em dezembro de 2016) alterou-se a lei que instituiu o acesso ao ensino superior federal por ação afirmativa (Lei 12.711/2012). No caso específico das instituições federais de educação superior reserva-se um percentual de suas vagas nos cursos de graduação, por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro da modalidade de reserva de vagas há uma quantidade a ser preenchida por estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, uma cota a ser ocupada de acordo com a proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas na população da unidade da federação (estados ou DF) em que a instituição se encontra. E, com a nova lei acrescenta-se as pessoas com deficiência, que também será regida pela proporcionalidade em relação à população, medida pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta ação afirmativa voltada a pessoas com deficiência visa compensar exclusões históricas ao estimular o ingresso no ensino superior de pessoas que, muitas vezes, não teriam condições de entrar na universidade.

- Situação da questão: **mantida sem alteração de gabarito.**

#### **Questão: 50**

- Inscrições dos candidatos que interpuseram recurso:

1848737

- Parecer da Banca Examinadora:

A banca sustenta a permanência da questão 50 sem alteração de gabarito por entender que o assunto tratado na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos do Cargo B-219 está contido no conteúdo programático Estatística. A efetivação dos direitos das pessoas com deficiência ocorre quando se garante as mesmas oportunidades que às demais pessoas, sem qualquer discriminação, preconceito ou restrição de direitos. Para garantir a equidade entre as condições de acesso ao ensino superior das instituições públicas federais das pessoas com deficiência e as das pessoas sem deficiência o Governo Federal vem sancionando legislações que amparam o direito das pessoas com deficiência, tais como: a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, o Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017 e a Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017. Nas legislações citadas tomam-

se como referências os dados estatísticos, deste segmento populacional, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no censo demográfico de 2010, para o norteamento das ações. O conhecimento dos dados estatísticos auxilia a formulação de políticas e diretrizes básicas para a acessibilidade em espaços como as instituições federais de ensino. Em conformidade com a legislação pertinente pode-se analisar e propor soluções para matérias referentes a intervenções físicas e desenvolvimento de projetos, de diversas naturezas, sobre acessibilidade; planejar reformas e construções futuras tomando por base o atendimento às normas e ao desenho universal; propor e assessorar a implantação de mecanismos permanentes de levantamento, acompanhamento e demandas das pessoas com deficiência; incentivar a realização de pesquisas e inovação em acessibilidade e inclusão, dentre outras ações.

- Situação da questão: **mantida sem alteração de gabarito.**